



PODER EXECUTIVO

GLAUCO BARBOSA HOFFMAN KAIZER
PREFEITO MUNICIPAL

MAÍSE JUSTO MEIRELLES
VICE-PREFEITA

ABNER PECLAT BARBOZA
SECRETÁRIO CHEFE DE GABINETE

ABNER PECLAT BARBOZA (RESPONDENDO)
SECRETARIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS E ESTRATÉGICOS

DAYANE LOPES OLIVEIRA ARAGOSO
SECRETARIA DE PROJETOS ESPECIAIS E GESTÃO DE CONVÊNIOS

GRACIELLE GISLENE OLIVEIRA DA SILVEIRA DA SILVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SANDRO ROGÉRIO VIEIRA RIBEIRO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ALAN DA CONCEIÇÃO BINOTI
SECRETARIA MUN. DE GOVERNO

LEANDRO MACHADO CARDOSO
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

WILLIAM PINTO MEDEIROS (RESPONDENDO)
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ALEX DA CONCEIÇÃO BINOTI
SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

ALEX DA CONCEIÇÃO BINOTI (RESPONDENDO)
SECRETARIA MUN. DE DES. ECONÔMICO

MARCELLE NAYDA PIRES PEIXOTO
SECRETARIA MUN. DE SAÚDE

ZILDA CAROLINA VARGAS GITAHY
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JOAMILTON ORNELAS FONTES PEREIRA
SECRETARIA MUN. DE CULTURA E TURISMO

CARLOS CASTILHO DO NASCIMENTO (RESPONDENDO)
SECRETARIA MUN. DE DESENV. RURAL E AGRICULTURA

ROGERIO DE OLIVEIRA FEROLLA
SECRETARIA MUN. DE URBANISMO

ANDREIA LOUREIRO DOS REIS TEODORO
SECRETARIA MUN. DO AMBIENTE E DEFESA DOS ANIMAIS

CRISTINA REMANN DA SILVA OLIVEIRA
SECRETARIA MUN. DE OBRAS

LEANDRO NUNES SIQUEIRA
SECRETARIO MUN. DE HABITAÇÃO

CARLOS CASTILHO DO NASCIMENTO
SECRETARIO MUN. DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

CRISTIANE LÔBO LAMARÃO SILVA
SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ALEXANDRE MONSORES ASSUMPTÃO
SECRETARIA MUN. DE DIREITOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

CRISTIANE LÔBO LAMARÃO SILVA (RESPONDENDO)
SECRETARIA MUNICIPAL DA TERCEIRA IDADE

JEFFERSON OLIVEIRA FERREIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

FELIPE SOARES LAUREANO
SECRETARIA MUN. DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

ABNER PECLAT BARBOZA (RESPONDENDO)
SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E TRÂNSITO

JOAMILTON ORNELAS FONTES PEREIRA (RESPONDENDO)
SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER

GETULIO DE MOURA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

JEFFERSON PEREIRA DA SILVA
PREVIQUEIMADOS

RICARDO ALEXANDRE VICENTE PINTO
CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
MUNICIPAL

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Atos do Prefeito.....	2
Atos da Procuradora Geral do Município	9
Atos do Secretário Municipal de Administração	9
Atos do Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento	9
Atos do Secretário Municipal de Urbanismo	11
Atos da Secretária Municipal de Educação	11
Atos da Secretária Municipal de Obras	11
Atos do Diretor-Presidente do PREVIQUEIMADOS.....	11
Atos do Conselho Municipal de Habitação	12
Atos do Conselho da Cidade de Queimados	12
Atos da Comissão de Análise de Defesa Prévia	13
Atos da Junta Administrativa de Recursos de Infração	13

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

.....	14
EDITAIS, AVISOS E NOTIFICAÇÕES	
.....	22

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DOS VEREADORES

NILTON MOREIRA CAVALCANTE
PRESIDENTE

ANA LUCIA ALVES BENEDITO
ANTONIO ALMEIDA SILVA
ANTONIO CHRISPE DE OLIVEIRA
CARLOS ROGÉRIO COSTA DOS SANTOS
CINTIA BATISTA DE OLIVEIRA MENDONÇA
ELERSON LEANDRO ALVES
ELIEZER MOREIRA DAS CHAGAS
JEFFERSON DIAS DA SILVA
JOÃO PEDRO LEMOS
JULIO CESAR ALMEIDA COIMBRA
LUCIO MAURO LIMA DE CASTRO
PAULO CESAR PIRES DE ANDRADE
PAULO SALVADOR DE SOUZA BASTOS
RAFAEL ROSEMBERG COELHO DA SILVA
THOMAS JEFFERSON ALVES
WILSON ESPIRIDÃO PIMENTA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 2

Atos do Prefeito

LEI N.º 1696, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Faço saber que a Câmara Municipal de Queimados APROVOU e eu SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial ao orçamento vigente de parte excedente ao limite estabelecido no artigo 9º, parágrafo único da Lei nº 1638/21 - LOA, para atender a insuficiência de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação e do Fundo Municipal de Saúde, no valor de **R\$ 1.387.835,01** (um milhão trezentos e oitenta e sete mil oitocentos e trinta e cinco reais e um centavo), com fulcro no art. 41, inc. II da Lei nº 4320/64.

Art. 2º - A abertura do presente Crédito Adicional Especial está autorizada pelo Art. 42 da Lei nº 4320/64 e Lei Municipal nº 1610/21, conforme Processo Administrativo nº 3886/2022/02.

Art. 3º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior advirão de Superávit Financeiro apurado no Balancete de Verificação do exercício anterior, com fulcro no artigo 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64 e Fls. 50/51 do Processo TCE/RJ nº 210.402-0/22 conforme anexos I, II e III desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GLAUCO BARBOSA HOFFMAN KAIZER
P R E F E I T O

ANEXO I

Saldo Orçamentário do Royalties Pré Sal de exercícios anteriores (Sobra)

Código	Descrição	Valor	75% - Educação	25% - Saúde	Total
17.129.911.002,00	Cota - Parte Compens. Financ. p/ Prod. de Petroleo - Lei Pré Sal				
	Recursos Recebidos dos Royalties Previstos na lei Federal nº 12.858/2013 em 2021.	1.220.376,60	915.282,45	305.094,15	1.220.376,60
	Montante aplicado - Fonte 81 - Royalties Lei 12.858/13		-134.848,00	-37.005,00	-171.853,00
	Montante aplicado - Fonte 82 - Royalties Pré Sal		-310.171,46	-103.390,82	-413.562,28
	Saldo a aplicar do exercício de 2021		470.262,99	164.698,33	634.961,32
	Saldo a aplicar do exercício de 2018 conforme Processo TCE/RJ nº 207.778-5/19.		180.522,97	60.174,32	240.697,29
	Saldo a aplicar do exercício de 2019 conforme Processo TCE/RJ nº 210.906-2/20.		192.620,00	64.206,67	256.826,67
	Saldo a aplicar do exercício de 2020 conforme Processo TCE/RJ nº 210.748-0/21.		255.349,73	-	255.349,73
	Saldo a aplicar em 2022 conforme Fls. 50 e 51 do Processo TCE/RJ nº 210.402-0/22.		1.098.755,69	289.079,32	1.387.835,01

Vagner Muniz Veiga
Diretor do Departamento de Finanças
Matrícula nº 7786/03

Alex da Conceição Binoti
Secretário Mun. de Fazenda e Planejamento
Matrícula nº 14191/01

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 3

ANEXO II

BALANCETE CONTÁBIL DE VERIFICAÇÃO EM 31/12/2021			
(1) Conta Vinculada: 90.003-6 Royalties Pré Sal (Parte)		Banco: Banco do Brasil	
Município: QUEIMADOS		Exercício: 2021	
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONIBILIDADES (2)	1.387.835,01	OBRIGAÇÕES (3)	-
Saldo do exercício de 2018	240.697,29		-
Saldo do exercício de 2019	256826,67		-
Saldo do exercício de 2020	255.349,73		-
Saldo do exercício de 2021	634.961,32		-
		SUPERAVIT (4)	1.387.835,01
TOTAL	1.387.835,01	TOTAL	1.387.835,01

Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis.

Responsável pela Elaboração	Cargo: Diretor do Departamento de Finanças
Nome: Wagner Muniz Veiga	Data: 20.09.2022
Matrícula: 7786/03	Assinatura:
Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 08.7694/0-2
Nome: Marcelo Neves Ferreira	Data: 20.09.2022
Matrícula: 4430/0	Assinatura:
Prefeito Municipal	
Nome: Glauco Barbosa Hoffman Kaizer	Data: 20.09.2022
Assinatura:	

065 (1): Nome e número da conta corrente vinculada indicando a fonte de recurso utilizada quando da abertura do crédito adicional.
065 (2): Saldo Financeiro conciliado da conta corrente em 31/12/2021 (anexar conciliação bancária).

ANEXO III

FICHA	PROGRAMA E TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	SUPLEMENTA
1818	0501.12.368.0013.2.005	33.90.30	82	1.098.755,69
2834	1302.10.122.0023.2.503	31.90.11	82	289.079,32
TOTAL				1.387.835,01

LEI N.º 1697, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022.

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, NO ORÇAMENTO EM VIGOR”

Faço saber que a Câmara Municipal de Queimados APROVOU e eu SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover por meio de ato próprio, a abertura de Créditos Adicionais Suplementares em favor do Fundo Municipal de Saúde, além dos ajustes necessários nos Quadros de Detalhamento de Despesa, em conformidade com os dispositivos intrínsecos ao art. 42, da Lei nº 4320/64, conforme especificações dos créditos nos parágrafos a seguir:

§ 1º - Créditos Adicionais Suplementares por Anulação, nas dotações dos Programas de Trabalho, conforme detalhamento do Anexo I, no montante de **R\$ 10.555.784,76** (dez milhões e quinhentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos).

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 4

§ 2º- Créditos Adicionais Suplementares por Excesso de Arrecadação nas dotações dos Programas de Trabalho, conforme detalhamento do Anexo II, no montante de **R\$ 5.000.000,00** (cinco milhões de reais).

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar dotações vinculadas à Fonte 214, em 50% (cinquenta por cento) do total da Despesa Fixada Atualizada, incluídos os da presente Lei, deduzindo os Créditos Suplementares por Anulação já autorizados e os da presente Lei, a partir da promulgação desta.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a adequar o PPA-2022/2025, aprovado pela Lei nº 1604/2021, a LDO/2022, aprovado pela Lei nº 1615/2021 e a LOA-2022, aprovado pela Lei nº 1638/2021 no que couber às alterações promovidas por esta Lei.

Art. 4º - Os recursos para o atendimento aos créditos orçamentários da presente Lei ficam à conta do inc. II e inc. III, §1º, do art. 43, da Lei nº4320/64, devidamente demonstrado no Processo Administrativo nº 13.0967.2022.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

GLAUCO BARBOSA HOFFMAN KAIZER
P R E F E I T O

ANEXO I

Valores em R\$

FIXA	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	ANULA	SUPLEMENTA
2814	10.302.0029.2.543	3.3.90.30.01	214	396.962,21	
2815	10.302.0029.2.543	3.3.90.30.09	214	1.000.000,00	
2816	10.302.0029.2.543	3.3.90.30.36	214	2.500.000,00	
2729	10.302.0029.2.535	3.3.90.39.50	214	58.822,55	
2559	10.302.0029.2.530	3.3.90.39.99	214	4.600.000,00	
2817	10.302.0029.2.543	3.3.90.39.99	214	2.000.000,00	
	10.302.0029.2.543	3.3.90.30.99	214		100.000,00
	10.302.0029.2.530	3.3.60.39.99	214		6.600.000,00
	10.302.0029.2.543	3.3.90.30.50	214		1.000.000,00
	10.302.0029.2.543	3.3.93.39.99	214		2.796.962,11
	10.302.0029.2.535	3.3.50.85.00	214		58.822,55
TOTAL				10.555.784,76	10.555.784,76

Fonte: 214-Custeio – FES

ANEXO II

Valores em R\$

FIXA	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	SUPLEMENTA
2544	10.301.0018.2.521	33.90.30.99	214	33.500,00
2559	10.302.0029.2.530	33.90.39.99	214	2.800.000,00
2793	10.302.0029.2.531	33.90.30.99	214	100.000,00
2733	10.302.0029.2.536	33.90.39.50	214	1.884.000,00
2755	10.302.0029.2.545	33.90.30.99	214	182.500,00
TOTAL				5.000.000,00

Fonte: 214-Custeio – FES

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 5

ANEXO III
DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

ORIGEM DO RECURSO: FES

Fonte: 214

Valores em R\$

Rubrica	Descrição	Receita Prevista	Arrecadação por Mês		Arrecadação no Ano	Excesso de Arrecadação
			JAN a AGO	SET A DEZ		
1.7.2.3.50.01.001	Prog Finan At Basica	9.123.093,58	221.165,00	159.710,00	380.875,00	-8.742.218,58
1.7.2.3.50.01.002	Prog Finan At Especializ	4.759.874,91	5.725.000,00	8.075.000,00	13.800.000,00	9.040.125,09
1.7.2.3.50.01.003	Samu 192	312.366,79	453.250,00	259.000,00	712.250,00	399.883,21
1.7.2.3.50.01.004	Vig em Saude	2.744.898,83	182.237,42		182.237,42	-2.562.661,41
1.7.2.3.50.01.005	Assist Farmaceutica	298.124,86	219.215,22	125.265,84	344.481,06	46.356,20
1.7.2.3.50.01.006	Cofin/Nefro	0,00	1.640.400,00	2.440.800,00	4.081.200,00	4.081.200,00
1.7.2.3.50.01.007	PPEPS	0,00	11.038.351,46	2.637.678,14	13.676.029,60	13.676.029,60
1.7.2.3.50.01.008	CofinSMental	0,00	145.553,55	291.107,10	436.660,65	436.660,65
TOTAL		17.238.358,97	19.625.172,65	13.988.561,08	33.613.733,73	16.375.374,76
Utilizado com Dec. nº 1660, de 13/05/2022						11.038.351,46
A Utilizar na presente autorização						5.000.000,00

Responsável pela Elaboração:	Cargo:	CONTADOR
JOSE JANNOTTI VIEGAS	Data:24/08/2022	
Matrícula: Nº013247/01	Assinatura:	
Gestor:	Cargo:	SECRETARIA MUN DE SAÚDE
Nome: MARCELLE NAYDA PIRES PEIXOTO	Data:24/08/2022	
Matrícula: Nº1192/01	Assinatura:	

DECRETO N.º 2834, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022.

“Abre Crédito Adicional Especial ao Orçamento Vigente e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Queimados, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Especial ao Orçamento vigente de parte excedente ao limite estabelecido no artigo 9º, parágrafo único da Lei nº 1638/21 - LOA, para atender a insuficiência de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação e do Fundo Municipal de Saúde, no valor de **R\$ 1.387.835,01** (um milhão trezentos e oitenta e sete mil oitocentos e trinta e cinco reais e um centavo), com fulcro no art. 41, inc. II da Lei nº 4320/64.

Art. 2º - A abertura do presente Crédito Adicional Especial por este decreto está autorizada pelo Art. 42 da Lei nº 4320/64 e Art. 1º da Lei Municipal nº 1610/21, conforme Processo Administrativo nº 3886/2022/02.

Art. 3º - Os recursos necessários a execução do disposto no artigo anterior advirão de Superávit Financeiro apurado no Balancete de Verificação do exercício anterior, com fulcro no artigo 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64 e Fls. 50/51 do Processo TCE/RJ nº 210.402-0/22, conforme anexos I, II e III deste decreto.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GLAUCO BARBOSA HOFFMAN KAIZER
P R E F E I T O

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 6

ANEXO I
Saldo Orçamentário do Royalties Pré Sal de exercicios anteriores (Sobra)

Código	Descrição	Valor	75% - Educação	25% - Saúde	Total
17.129.911.002,00	Cota - Parte Compens. Financ. p/ Prod. de Petroleo - Lei Pré Sal				
	Recursos Recebidos dos Royalties Previstos na lei Federal nº 12.858/2013 em 2021.	1.220.376,60	915.282,45	305.094,15	1.220.376,60
	Montante aplicado - Fonte 81 - Royalties Lei 12.858/13		-134.848,00	-37.005,00	-171.853,00
	Montante aplicado - Fonte 82 - Royalties Pré Sal		-310.171,46	-103.390,82	-413.562,28
	Saldo a aplicar do exercício de 2021		470.262,99	164.698,33	634.961,32
	Saldo a aplicar do exercício de 2018 conforme Processo TCE/RJ nº 207.778-5/19.		180.522,97	60.174,32	240.697,29
	Saldo a aplicar do exercício de 2019 conforme Processo TCE/RJ nº 210.906-2/20.		192.620,00	64.206,67	256.826,67
	Saldo a aplicar do exercício de 2020 conforme Processo TCE/RJ nº 210.748-0/21.		255.349,73	-	255.349,73
	Saldo a aplicar em 2022 conforme Fls. 50 e 51 do Processo TCE/RJ nº 210.402-0/22.		1.098.755,69	289.079,32	1.387.835,01

Vagner Muniz Veiga
Diretor do Departamento de Finanças
Matrícula nº 7786/03

Alex da Conceição Binotti
Secretário Mun. de Fazenda e Planejamento
Matrícula nº 14191/01

ANEXO II

BALANCETE CONTÁBIL DE VERIFICAÇÃO EM 31/12/2021			
(1) Conta Vinculada:	90.003-6	Royalties Pré Sal (Parte)	Banco: Banco do Brasil
Município:	QUEIMADOS		Exercício: 2021
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONIBILIDADES (2)	1.387.835,01	OBRIGAÇÕES (3)	-
Saldo do exercício de 2018	240.697,29		-
Saldo do exercício de 2019	256826,67		-
Saldo do exercício de 2020	255.349,73		-
Saldo do exercício de 2021	634.961,32		-
		SUPERAVIT (4)	1.387.835,01
TOTAL	1.387.835,01	TOTAL	1.387.835,01

Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis.

Responsável pela Elaboração	Cargo: Diretor do Departamento de Finanças
Nome: Vagner Muniz Veiga	Data: 20.09.2022
Matrícula: 7786/03	Assinatura:
Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 08.7694/0-2
Nome: Marcelo Neves Ferreira	Data: 20.09.2022
Matrícula: 4430/0	Assinatura:
Prefeito Municipal	
Nome: Glauco Barbosa Hoffman Kaizer	Data: 20.09.2022
Assinatura:	

OBS (1): Nome e número da conta corrente vinculada indicando a fonte de recurso utilizada quando da abertura do crédito adicional.
OBS (2): Saldo Financeiro conciliado da conta corrente em 31/12/2021 (anexar conciliação bancária).
OBS (3): Saldo das obrigações porventura existentes em 31/12/2021 - Restos a pagar, Outros Passivos (anexar a respectiva relação).
OBS (4): Informa o superavit financeiro existente.

ANEXO III

FICHA	PROGRAMA E TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	SUPLEMENTA
1818	0501.12.368.0013.2.005	33.90.30	82	1.098.755,69
2834	1302.10.122.0023.2.503	31.90.11	82	289.079,32
TOTAL				1.387.835,01

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 7

DECRETO N.º 2835, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022.

“Abre crédito adicional suplementar no Orçamento do FMS vigente e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Queimados, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente do FMS, no valor de **R\$ 15.555.784,76** (quinze milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos), para serem aplicados em despesas com ASPS implementadas pelo FMS - Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações a seguir:

§ 1º - Crédito Adicional Suplementar por anulação, no valor de **R\$ 10.555.784,66** (dez milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e seis centavos) para serem aplicados conforme descrito no Anexo I.

§ 2º - Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação, no valor de **R\$ 5.000.000,00** (cinco milhões de reais) para serem aplicados conforme descrito no Anexo II.

Art. 2º - A abertura do presente crédito adicional suplementar por este Decreto está fundamentada no art. 42, da Lei nº 4.320/64, na Lei nº 1697/2022 e Processo Administrativo nº 13.0967.2022.

Art. 3º - O presente crédito adicional suplementar será aberto com fulcro no inc. II e III, § 1º, art. 43, da Lei nº 4.320/64, conforme Demonstrativo de Utilização no Anexo I e Demonstrativo de Tendência de Arrecadação no Anexo III, deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GLAUCO BARBOSA HOFFMAN KAIZER
P R E F E I T O

ANEXO I

Valores em R\$

FIXA	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	ANULA	SUPLEMENTA
2814	10.302.0029.2.543	3.3.90.30.01	214	396.962,21	
2815	10.302.0029.2.543	3.3.90.30.09	214	1.000.000,00	
2816	10.302.0029.2.543	3.3.90.30.36	214	2.500.000,00	
2729	10.302.0029.2.535	3.3.90.39.50	214	58.822,55	
2559	10.302.0029.2.530	3.3.90.39.99	214	4.600.000,00	
2817	10.302.0029.2.543	3.3.90.39.99	214	2.000.000,00	
	10.302.0029.2.543	3.3.90.30.99	214		100.000,00
	10.302.0029.2.530	3.3.60.39.99	214		6.600.000,00
	10.302.0029.2.543	3.3.90.30.50	214		1.000.000,00
	10.302.0029.2.543	3.3.93.39.99	214		2.796.962,11
	10.302.0029.2.535	3.3.50.85.00	214		58.822,55
	TOTAL			10.555.784,76	10.555.784,76

Fonte: 214-Custeio – FES

ANEXO II

Valores em R\$

FIXA	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	SUPLEMENTA
2544	10.301.0018.2.521	33.90.30.99	214	33.500,00
2559	10.302.0029.2.530	33.90.39.99	214	2.800.000,00
2793	10.302.0029.2.531	33.90.30.99	214	100.000,00
2733	10.302.0029.2.536	33.90.39.50	214	1.884.000,00
2755	10.302.0029.2.545	33.90.30.99	214	182.500,00
TOTAL				5.000.000,00

Fonte: 214-Custeio – FES

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 8

**ANEXO III
DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**

ORIGEM DO RECURSO: FES

Fonte: 214

Valores em R\$

Rubrica	Descrição	Receita Prevista	Arrecadação por Mês		Arrecadação no Ano	Excesso de Arrecadação
			JAN a AGO	SET A DEZ		
1.7.2.3.50.01.001	Prog Finan At Basica	9.123.093,58	221.165,00	159.710,00	380.875,00	-8.742.218,58
1.7.2.3.50.01.002	Prog Finan At Especializ	4.759.874,91	5.725.000,00	8.075.000,00	13.800.000,00	9.040.125,09
1.7.2.3.50.01.003	Samu 192	312.366,79	453.250,00	259.000,00	712.250,00	399.883,21
1.7.2.3.50.01.004	Vig em Saude	2.744.898,83	182.237,42		182.237,42	-2.562.661,41
1.7.2.3.50.01.005	Assist Farmaceutica	298.124,86	219.215,22	125.265,84	344.481,06	46.356,20
1.7.2.3.50.01.006	Cofin/Nefro	0,00	1.640.400,00	2.440.800,00	4.081.200,00	4.081.200,00
1.7.2.3.50.01.007	PPEPS	0,00	11.038.351,46	2.637.678,14	13.676.029,60	13.676.029,60
1.7.2.3.50.01.008	CofinSMental	0,00	145.553,55	291.107,10	436.660,65	436.660,65
TOTAL		17.238.358,97	19.625.172,65	13.988.561,08	33.613.733,73	16.375.374,76
Utilizado com Dec.nº 1660, de 13/05/2022						11.038.351,46
A Utilizar na presente autorização						5.000.000,00
Responsável pela Elaboração:			Cargo:	CONTADOR		
JOSE JANNOTTI VIEGAS			Data:	24/08/2022		
Matrícula: Nº013247/01			Assinatura:			
Gestor:			Cargo:	SECRETARIA MUN DE SAÚDE		
Nome: MARCELLE NAYDA PIRES PEIXOTO			Data:	24/08/2022		
Matrícula: Nº1192/01			Assinatura:			

DECRETO N.º 2836, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022.

“Abre crédito adicional suplementar no Orçamento do FMS vigente e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Queimados, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de **R\$ 792.544,72** (setecentos e noventa e dois mil quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos) em dotações a serem implantadas para atender insuficiência no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, com fulcro no art. 41, inc. I, da Lei nº4.320/64.

Art. 2º - A abertura do presente crédito adicional suplementar por este Decreto está autorizada de acordo com art. 42, da Lei nº 4.320/64, no artigo 09, da Lei nº1.615/2021-LOA e Processo Administrativo nº 13/1100/2022.

Art. 3º - O presente crédito adicional suplementar será aberto com fulcro no inc. III, §1º, art. 43, da Lei nº 4.320/64, conforme proposição do Anexo I, deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**GLAUCO BARBOSA HOFFMAN KAIZER
P R E F E I T O**

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 9

ANEXO I

FICHA	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	FONTES	ANULA	SUPLEMENTA
2789	10.122.0029.2.537	3.3.90.39.00	212	779.318,41	
2564	10.302.0029.2.531	3.3.90.36.15	212	13.226,31	
	10.122.0029.2.537	3.3.90.92.39	212		779.318,41
	10.302.0029.2.531	3.3.90.92.36	212		13.226,31
TOTAL				792.544,72	792.544,72

Fonte de Recursos: 212 – FNS - Custeio

O Prefeito Municipal de Queimados, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 1283/GAP/22. EXONERAR o servidor **BRUNO DE ASSIS CAZUZA**, do cargo em comissão de Assessor de patrimônio, Símbolo CC6, da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito - SEMUTTRAN, a contar de 21/10/2022.

PORTARIA Nº 1284/GAP/22. NOMEAR servidor **KAUAN JORGE SANTOS ARAÚJO**, no cargo em comissão de Assessor de patrimônio, Símbolo CC6, na Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito - SEMUTTRAN, a contar de 21/10/2022.

PORTARIA Nº 1285/GAP/22. EXONERAR, a pedido, a servidora **MARIANA SUELLEM SAGGIOMO MACHADO**, matrícula nº 13720/01, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, Símbolo CC1, da Procuradoria Geral do Município - PGM, a contar de 21/10/2022.

PORTARIA Nº 1286/GAP/22. EXONERAR a servidora **JULIANA CORTAT FERREIRA**, matrícula nº 14602/01, do cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo CC2, do Gabinete do Prefeito – GAP, a contar de 21/10/2022.

PORTARIA Nº 1287/GAP/22. NOMEAR **JULIANA CORTAT FERREIRA**, no cargo em comissão de Assessor Jurídico, Símbolo CC1, na Procuradoria Geral do Município - PGM, a contar de 21/10/2022.

GLAUCO BARBOSA HOFFMAN KAIZER
Prefeito

Atos da Procuradora Geral do Município

EXTRATO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E SIMILARES – SETEMBRO 2022

Instrumento nº 91/22: Contrato, celebrado em 21/09/2022. Arquivado às fls. 602 a 614, no livro nº 02/22. Partes: MUNICÍPIO DE QUEIMADOS e TRANSPLANAGEM TERRAPLANAGEM EIRELLI, CPF/CNPJ nº 05.124.800/0001-38. Pregão Eletrônico nº 23/22. Objeto: O presente instrumento tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, sem fornecimento de combustível e sem motorista, quilometragem livre, com até 2 anos de uso e/ou 20.000 Km rodados, para uso administrativo e operacional, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Queimados/RJ, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas no edital e seus anexos, inclusive o Termo de Referência, conforme fls. 55/56. Prazo: 12 MESES. Valor: R\$ 301.500,00. Dotação orçamentária: 0902.08.122.0024.1542. Fonte: 17 - FNAS. Elemento de despesa 3.3.90.39.00.00. Empenho nº 89/2022, no valor de R\$ 145.058,88. Processo administrativo nº 3289.2022.09

GRACIELLE GISLENE OLIVEIRA DA SILVEIRA DA SILVA
Procuradora Geral do Município
Mat. 6320/73

Atos do Secretário Municipal de Administração

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

PORTARIA Nº1523/SEMAD/2022. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora **JESSICA COSTA BORGES DE SOUZA**, Técnica de Enfermagem, Matrícula 12520/01, SEMUS, por 04 (quatro) dias a contar de 14/10/2022 a 17/10/2022, com base no parecer do Médico Perito. **Processo Nº3445/2022-06**. Após esse período a requerente deverá retornar ao trabalho.

PORTARIA Nº1524/SEMAD/2022. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora **EDIARA DE CASTRO COUTINHO**, Orientadora Pedagógica, Matrícula 10893/01, SEMED, por 14 (quatorze) dias a contar de 07/10/2022 a 20/10/2022, com base no parecer do Médico Perito. **Processo Nº3151/2022-05**. Após esse período a requerente deverá retornar ao trabalho.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 10

PORTARIA Nº1525/SEMAD/2022. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora **IZABELE TAVARES DA ROCHA DE SOUZA**, Cuidadora de Alunos, Matrícula 12756/01, SEMED, por 04 (quatro) dias a contar de 04/10/2022 a 07/10/2022, com base no parecer do Médico Perito. **Processo Nº4234/2022-05.** Após esse período a requerente deverá retornar ao trabalho.

PORTARIA Nº1526/SEMAD/2022. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora **MARIA APARECIDA LEAL NOGUEIRA FREIRE**, Professora, Matrícula 12382/01, SEMED, por 30 (trinta) dias a contar de 04/10/2022 a 02/11/2022, com base no parecer do Médico Perito. **Processo Nº4247/2022-03.** A requerente deverá retornar a perícia médica em 04/11/2022.

PORTARIA Nº1527/SEMAD/2022. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora **DANIELLE DA ROCHA MARQUES**, Orientadora Pedagógica, Matrícula 11960/01, SEMED, por 30 (trinta) dias a contar de 10/10/2022 a 08/11/2022, com base no parecer do Médico Perito. **Processo Nº4237/2022-05.** A requerente deverá retornar a perícia médica em 08/11/2022.

PORTARIA Nº1528/SEMAD/2022. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora **DAYANA SILVA DE MATTOS BARRETO**, Professora, Matrícula 7744/05, SEMED, por 60 (sessenta) dias a contar de 07/10/2022 a 05/12/2022, com base no parecer do Médico Perito. **Processo Nº3498/2022-05.** A requerente deverá retornar a perícia médica em 05/12/2022.

PORTARIA Nº1529/SEMAD/2022. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora **MÔNICA ALVES FERREIRA**, Professora, Matrícula 1501/61, SEMED, por 30 (trinta) dias a contar de 15/10/2022 a 13/11/2022, com base no parecer do Médico Perito. **Processo Nº3722/2022-05.** A requerente deverá retornar a perícia médica em 17/11/2022.

PORTARIA Nº1530/SEMAD/2022. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora **MARCELE SOARES MONTEIRO**, Assessora de Gabinete, Matrícula 14642/01, SEMAD, por 04 (quatro) dias a contar de 27/09/2022 a 30/09/2022, com base no parecer do Médico Perito. **Processo Nº4117/2022-03.** Após esse período a requerente deverá retornar ao trabalho.

PORTARIA Nº1531/SEMAD/2022. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor **FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA FRAGA**, Vigia, Matrícula 5859/91, SEMUSOP, por 120 (cento e vinte) dias a contar de 21/10/2022 a 17/02/2023, com base no parecer da Junta Médica. **Processo Nº1720/2021-29.** O requerente deverá retornar a junta médica em 16/02/2023.

PORTARIA Nº1532/SEMAD/2022. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora **FATIMA CRISTINA SILVA RAMALHO**, Professora, Matrícula 11165/01 e 15066/01, SEMED, por 60 (sessenta) dias a contar de 18/10/2022 a 16/12/2022, com base no parecer da Junta Médica. **Processo Nº1518/2022-05.** Após esse período a requerente deverá retornar ao trabalho.

PORTARIA Nº1533/SEMAD/2022. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor **ITAN RIBEIRO DO CARMO**, Pintor, Matrícula 2827/41, SEMCONSESP, por 180 (cento e oitenta) dias a contar de 21/10/2022 a 18/04/2023, com base no parecer da Junta Médica. **Processo Nº2875/2022-20.** O requerente deverá retornar a perícia médica em 19/04/2023.

PORTARIA Nº1534/SEMAD/2022. CONCEDER READAPTAÇÃO a servidora **CRISTINA MANHÃES COUTO**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula 4290/01, SEMAD, por 03 (três) anos a contar de 24/10/2022 a 23/10/2025, com base no parecer da Junta Médica. **Processo Nº00538/2016-03.** Antes do término desse período a requerente deverá dirigir-se a divisão de Perícia Médica para agendamento de reavaliação por Junta Médica.

PORTARIA Nº1535/SEMAD/2022. CONCEDER READAPTAÇÃO a servidora **AMANDA CODEÇA DAS MERCÊS**, Professora, Matrícula 11227/01, SEMED, por 03 (três) meses a contar de 28/10/2022 a 27/01/2023, com base no parecer da Junta Médica. **Processo Nº4731/2019-05.** Após esse período a requerente deverá retornar ao trabalho sem restrições.

PORTARIA Nº1536/SEMAD/2022. CONCEDER ALTA PERICIAL - READAPTAÇÃO ao servidor **ABRAÃO RAMOS DA SILVA**, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 4082/07, SEMED, a contar de 20/10/2022, com base no parecer da Junta Médica. **Processo Nº05.0240/10.** Após esse período o requerente deverá retornar ao trabalho sem restrições.

WILLIAM PINTO MEDEIROS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (RESPONDENDO)
Matrícula-14202/01

Atos do Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

RESOLUÇÃO Nº 023/SEMFAPLAN/2022, DE 21 OUTUBRO DE 2022.

Determina a baixa de Inscrição e atualização do Cadastro Mobiliário.

O Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Artigo 1º - Com base no parecer nos autos do Processo nº 20873/2021/32, determino a baixa da inscrição mobiliária nº 8905536, atualizando-se o cadastro mobiliário, na forma do artigo 293 c/c Art. 10 da Lei Complementar nº 001/95, de 29/12/1995 Código Tributário do Município de Queimados. Publique-se.

Artigo 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ALEX DA CONCEIÇÃO BINOTI
Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento
Matrícula-14191/01

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 11

Atos do Secretário Municipal de Urbanismo

O Secretário Municipal de Urbanismo, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Portaria nº 137/SEMUR/2022. Tornar público o **Habite-se 031/2022**, que de acordo com informações constates, as 60 unidades residenciais com 2.184,00m² de área total construída, com referência na aprovação de 11/10/2022 com planta arquivada sob o nº 35/21 em nome do REQUERENTE, e vistoriado para concessão de Habite-se pelo mesmo processo, encontra-se edificado no lote nº B-4a, situado na Avenida Irmãos Guinle, Bairro Jardim Queimados, nº 2345, Queimados/RJ, no município de Queimados, em nome do requerente **AFONSO CELSO NOVAES DA SILVA**.

ROGERIO DE OLIVEIRA FEROLLA
Secretário Municipal de Urbanismo – SEMUR
Mat: 14775/01 – PMQ

Atos da Secretária Municipal de Educação

Com base no Decreto nº 2595/21, de 13 de janeiro de 2021, a Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 062/SEMED/2022. DESIGNAR a servidora **Danielle Firmino Araujo**, Matrícula 11455/01, Professor II, para **responder interinamente como Diretora** da Creche Municipal Clotildes Martins Lemos, **com validade a contar de 06 de setembro de 2022**, enquanto perdurar a Licença para Tratamento de Saúde (DOQ Nº. 180 de 22/09/2022 p. 4) da Diretora da Unidade Escolar Mônica Alves Ferreira, Matrícula: 1501/61, sem ônus e sem prejuízo de suas atribuições.

ZILDA CAROLINA VARGAS GITAHY
Secretária Municipal de Educação
Matrícula: 14193/01

Atos da Secretária Municipal de Obras

PROCESSO: 2683/2022/04. De acordo com os pareceres da Procuradoria Geral do Município, as fls. 118/121 e da Controladoria Geral do Município as fls. 103/106 e 116, em conformidade com o Decreto 2.595 de 13 de Janeiro de 2021 e ciência do Exmo. Senhor Prefeito, **AUTORIZO**, na forma da Lei, a **RERRATIFICAÇÃO com acréscimo de valor de R\$ 1.886.055,34 (Um Milhão, Oitocentos e Oitenta e Seis Mil, Cinquenta e Cinco Reais e Trinta e Quatro Centavos)**, com a empresa **DRA NETWORK DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA - CNPJ 08.693.964/0001-74**, para execução da obra de conclusão/execução dos itens remanescentes do Convênio do Governo do Estado do Rio de Janeiro junto a Prefeitura de Queimados e a complementação dos serviços necessários para o funcionamento da nova sede do Paço Municipal, sito a Rua Mario Paty Junior, s/n – Camorim - Queimados/RJ, com fulcro no art. 65, inciso I, alínea “b”, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93.

CRISTINA REMANN
Secretária Municipal de Obras
Matrícula 14197/01

Atos do Diretor-Presidente do PREVIQUEIMADOS

PORTARIA Nº. 069/22.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Queimados, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei nº 1469/2018.

RESOLVE:

Conceder Aposentadoria Voluntária Especial, com proventos integrais e paridade à servidora **Maura Benedito Campos**, tendo em vista o que consta no processo nº. 0109/2022/15, com fundamento no **art 6 da EC 41/03 c/c artigo 40, § 5º da CRFB/88 (antes da Ec nº 103/2019)** matrícula nº. 3429/01 ocupante do cargo de Professor II, MAG-1, nível N, lotada na SEMED – Secretaria Municipal de Educação, a contar da data desta publicação, com os seguintes proventos.

Vencimento atribuído ao cargo de Professor II, MAG-1, nível N arts. art. 6º e 11, §2º da Lei nº. 299/98.....	R\$ 3.145,18
Gratificação por tempo de serviço, 40%, art. 24, §4º da LOM.....	R\$ 1.258,07
Gratificação da Educação, 30%, art. 20, §1º, I da Lei nº 169/95, alterado pela Lei 1.643/22.....	R\$ 943,55
Grat. Nível Universitário, 20%, arts. 20 e 32 da Lei 169/95.....	R\$ 629,04
Total dos proventos de aposentadoria:	R\$ 5.975,84

JEFFERSON PEREIRA DA SILVA
Diretor – Presidente
PREVIQUEIMADOS
Matr. 4223/41

Publicado no DOQ nº. 187 de 03/10/2022 e republicado por haver incorreção textual.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 12

PORTARIA Nº. 075/2022.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Queimados, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei nº 1469/2018.

RESOLVE:

Conceder Aposentadoria por Invalidez, com proventos integrais, paridade e isenção do imposto de renda à servidora **Elaine D Avila Franca Chaves Rocha**, tendo em vista o que consta no processo nº. 0165/2022/15, com fundamento no **art. 40, §1º, I CRFB/88 (redação EC 41/03) c/c art. 6º - A da EC 41/03**, matrícula nº. 5566/21 ocupante do cargo de Professor II, MAG 1, nível L, lotada na SEMED - Secretaria Municipal de Educação, a contar da data desta publicação, com os seguintes proventos.

Vencimento atribuído ao cargo de Professor II, MAG-1, nível O, arts. 6º e 11, §2º da Lei nº. 299/98.....	R\$ 2.949,11
Gratificação por tempo de serviço, 30%, art. 24, §4º da LOM.....	R\$ 884,73
Gratificação da Educação, 30%, art. 20, §1º, I da Lei nº 169/95, alterado pela Lei 1.643/22.....	R\$ 884,73
Grat. Nível Universitário, 20%, arts. 20 e 32 da Lei 169/95.....	R\$ 589,82
Total dos proventos de aposentadoria:.....	R\$ 5.308,39

JEFFERSON PEREIRA DA SILVA

Diretor – Presidente
PREVIQUEIMADOS
Matric. 4223/41

PORTARIA Nº. 076/22

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Queimados, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei nº 1469/2018.

RESOLVE:

Conceder Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com proventos integrais e paridade ao servidor **Marcos Antônio Nascimento**, tendo em vista o que consta no processo nº. 0067/2022/15, com fundamento no **artigo 3º da EC 47/2005**, matrícula nº. 3290/51, ocupante do cargo de Médico Pediatra, SUP 4, nível O, lotado na SEMUS - Secretaria Municipal de Saúde, a contar da data desta publicação, com os seguintes proventos:

Vencimento atribuído ao cargo de Médico Pediatra, SUP 4, nível O, arts. 6º e 10, §5º da Lei nº. 299/98.....	R\$ 6.381,63
Gratificação por tempo de serviço, 40%, art. 24, §4º da LOM.....	R\$ 2.552,65
Total dos proventos de aposentadoria:.....	R\$ 8.934,28

JEFFERSON PEREIRA DA SILVA

Diretor – Presidente
PREVIQUEIMADOS
Matr. 4223/41

Atos do Conselho Municipal de Habitação

CONVOCAÇÃO N 09/CMH/2022

O Presidente do Conselho Municipal de Habitação, no uso de suas atribuições legais, convoca para Reunião Ordinária, **dia 26 de outubro de 2022 às 15h na Secretaria Municipal de Habitação, localizada na Rua Eloi Teixeira, nº50, Centro - Queimados**, com a seguinte pauta:

- Verificação de Quórum
- Leitura e Aprovação de Ata;
- Proposta para inclusão/alteração dos representantes da sociedade civil;
- Apresentação das minutas de alteração da Lei 913/09;
- Assuntos diversos.

Aproveito a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e elevada consideração.

Engº LEANDRO NUNES SIQUEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Habitação

Atos do Conselho da Cidade de Queimados

Resolução 014/CONCIQ/2022.

O Presidente do Conselho da Cidade de Queimados, no uso de suas atribuições legais, conforme preceituado na Lei nº 775/06 de 23 de maio de 2006 e Regimento Interno.

RESOLVE:

Convocar todos os (as) Conselheiros (as) Governamentais e não Governamentais e Convidados (as) para a Reunião Ordinária, que será realizada no **Auditório do Sindicato dos Rodoviários (S.T.T.M.Q.J)**, situado na Rua Augusto Muguet nº 176, Centro, Queimados, RJ, no **dia 25 de outubro de 2022, com a 1ª chamada às 14:00h e a 2ª chamada às 14:30h**, com a seguinte pauta:

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 13

1. Abertura e verificação do Quórum;
2. Leitura e Aprovação da Ata da reunião ordinária do mês de agosto;
3. Apresentação de Pesquisa sobre Poluição Luminosa (Associação Pedala Queimados);
4. Apresentação, com as alterações propostas pelos Conselheiros, de Minuta de Projeto de Decreto que revoga o decreto nº 394/2022 e regulamenta o procedimento para obtenção de licença de construção, licença de demolição e legalização de obras;
5. Aprovação de minuta de Projeto de Decreto que regulamenta a Coordenadoria Especial de Desenvolvimento Urbano e Integração Metropolitana (CEDUIM), criado através da LC nº 091/2019;
6. Informes e Encerramentos.

ROGERIO DE OLIVEIRA FEROLLA

Presidente do Conselho da Cidade de Queimados – CONCIQ

Atos da Comissão de Análise de Defesa Prévia

ATO nº 070/2022/CADEP.

A Comissão de Análise de Defesa Prévia - CADEP, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 281 da Lei 9.503 do Código de Trânsito Brasileiro, na resolução nº 619 do CONTRAN, e na portaria nº 11 - SEMUTTRAN/21, publicada no D.O.Q nº 120 de 22 de junho de 2021,

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO os resultados da análise dos processos abaixo.

Art 1º A Comissão de Análise de Defesa Prévia - CADEP, reuniu-se na Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito - SEMUTTRAN, situada na rua Padre Marques, 314 Centro de Queimados/RJ e analisou os seguintes processos:

PROCESSO	PROTOCOLO Nº	RESULTADO
E09/000316/2022	Q28587467	INDEFERIDO
E09/000321/2022	3992/2022/14	INDEFERIDO

Márcio Rodrigo Campos
Alessandra Pereira Gouvêa
Luciene Cristina da Silva

Atos da Junta Administrativa de Recursos de Infrações

ATO Nº 070/2022/JARI

O presidente da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, no uso de suas atribuições legais, conforme disposições:

Considerando o disposto nos artigos 16 e 17 de Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

Considerando na resolução CONTRAN nº 357, de 02 de agosto de 2010, em especial o item 6.2 de seu anexo;

Considerando o disposto da Lei Municipal nº 400, de 26 de maio de 1999;

Considerando no Decreto Municipal nº 186, de 16 de setembro de 1999;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.444/2018, que altera a lei 400/1999.

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO os resultados da análise dos processos abaixo.

Art.1º A Junta Administrativa de Recursos de Infrações reuniu-se na Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito - SEMUTTRAN, situada na rua Padre Marques, 314 - Centro de Queimados / RJ e julgou os seguintes processos:

PROCESSO	PROTOCOLO Nº	RESULTADO
E09/000220/2022	Q28578760	INDEFERIDO

Daina Dantas Silva de Jesus
Presidente da JARI

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 14

Atos do Poder Legislativo

ATO nº 053/2022

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUEIMADOS - RJ, no uso de suas atribuições legais e regimentais; **PUBLIQUE-SE** de acordo com o artigo 125 Parágrafo primeiro do REGIMENTO INTERNO, a **ORDEM DO DIA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2022:**

PROJETO DE LEI Nº 142/2022 AUTOR: PODER EXECUTIVO
ASSUNTO: “DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art.1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no §2º do art. 165 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no artigo 123, II, §2º da Lei Orgânica do Município de Queimados e no artigo 1º, inciso II da Lei Complementar nº 29 de 11 de abril de 2005, as diretrizes orçamentárias do Município para 2023, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da administração pública municipal, conforme o Plano Plurianual 2022-2025;
- II - as metas fiscais e riscos fiscais previstos para os exercícios 2023, 2024 e 2025;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargo sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município;
- VII - as disposições finais.

CAPÍTULO II **DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art.2º - As prioridades e as metas para o exercício de 2023 estão definidas e demonstradas no ANEXO III desta lei, contendo os programas, objetivos e metas em conformidade com as diretrizes gerais estabelecidas no Plano Plurianual do Município de Queimados para o quadriênio 2022-2025, como também para atender as alterações na Legislação Municipal.

§1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2023 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no ANEXO III desta lei, e aos programas de apoio administrativos, todavia não se constituindo, em limites de valores à programação das despesas.

§2º - Na elaboração das propostas das diretrizes orçamentárias para 2023, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no ANEXO III, como também incluir e excluir ações, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas, por motivo da revisão do Plano Plurianual (PPA).

CAPÍTULO III **DAS METAS E RISCOS FISCAIS PREVISTOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023, 2024 E 2025**

Art.3º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2023 a 2025, de que trata o art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/00, estão identificadas no ANEXO I desta lei.

Art.4º - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei, conforme determina o artigo 4º, §3º, da Lei Complementar nº 101/00.

§1º - Os riscos fiscais caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, anulação de dotações discricionárias, contenção de despesas e, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2022.

§2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal elaborará Decreto de suplementação se dentro do limite estabelecido ou encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

CAPÍTULO IV **DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

SEÇÃO I **Das Diretrizes Gerais**

Art.5º - Na elaboração da Lei Orçamentária de 2023 deverão ser observadas e atendidas as seguintes diretrizes gerais:

- I - Consolidar o equilíbrio orçamentário e financeiro do município, buscando a harmonização entre as receitas e as despesas, e modernizando os sistemas de arrecadação, fiscalização e controle;
- II - Buscar o desenvolvimento sustentável do município, fortalecendo as parcerias com outras esferas de governo, iniciativa privada e de outros setores da sociedade, com vistas à ampliação dos investimentos em saneamento, infraestrutura urbana, saúde, educação, cultura, habitação, agricultura, desporto e lazer, urbanismo e meio ambiente, a inclusão social e geração de empregos.

Art.6º - As proposições explicitadas no artigo precedente serão obtidas mediante o esforço persistente na redução das despesas de custeio e na eficiência da arrecadação municipal.

Art.7º - Os orçamentos para o exercício de 2023 obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e Fundos. (art. 1º, § 1º, 4º, I, “a” e 48 da LRF).

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 15

Art.8º - Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita das Unidades Gestoras em que estiverem vinculados, e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas planilhas de Despesas referidas no art. 7º desta lei.

§1º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, delegados a servidor municipal.

§2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central, quando a gestão for delegada pelo Prefeito.

Art.9º - Na execução do orçamento, caso ao final do bimestre, a realização da receita demonstrar que não comporta o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, previstas no ANEXO I, referido no §1º do artigo 2º desta Lei, deverá ser promovido pelos Poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, o contingenciamento de recursos orçamentários, exceto as despesas de pessoal e encargos sociais, obrigações constitucionais e legais, de acordo com os seguintes procedimentos:

- I - o Poder Executivo informará ao Poder Legislativo, acompanhado da metodologia e da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificativa do ato, o montante que caberá a cada um limitar de empenho e de movimentação financeira;
- II - a divisão a ser calculada pelo Poder Executivo deverá levar em consideração o percentual de participação no orçamento municipal de cada Poder;
- III - os Poderes com base na informação do inciso I, publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma deste artigo, caberão aos respectivos órgãos na limitação de empenho e de movimentação financeira, discriminados separadamente, pelo conjunto de projetos e atividades.

Parágrafo único – Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se dará conforme o artigo 9º, §1º da Lei Complementar nº 101/00.

Art.10 - Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre novos projetos.

Parágrafo único – A programação de novos projetos dependerá de prévia comprovação de sua viabilidade técnica, econômica e financeira, mediante autorização legislativa.

Art.11 - Na programação da despesa não poderão ser incluídos:

- I - projetos ou atividades com a mesma finalidade em mais de um órgão;
- II - despesas a título de investimentos – Regime de Execução Especial – ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, §3º, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art.12 - Na Lei Orçamentária, não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

- I - ações que não sejam de competência exclusiva e comum ao Município, à União, ao Estado e ao Poder Judiciário, ou com ações em que a Constituição da República Federativa do Brasil não estabeleça obrigação do Município, em cooperar técnica e/ou financeiramente;
- II - transferências de recursos a entidades privadas, com fins lucrativos ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas as entidades sociais que prestam serviços ao Município.

Parágrafo único – As transferências descritas no Inciso II poderão ocorrer, caso os recursos tenham sido transferidos Fundo a Fundo, em atendimento ao Programa de Apoio aos Hospitais Integrantes do Sistema Único de Saúde-PAHI e da política de cofinanciamento para a realização de procedimentos ambulatoriais, devidamente deliberada pela Comissão Intergestores Bipartite/CIB-RJ e ratificada em Resolução da Secretaria Estadual de Saúde/SES-RJ, com indicação precisa do contratado beneficiário, independentemente de ser entidade privada com ou sem fins lucrativos, devendo ser credenciada e contratada pelo Município, para prestação de serviços de saúde

Art.13 - Somente serão destinados recursos mediante o Projeto de Lei Orçamentária, a título de subvenção social, às entidades nas áreas de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Saúde e Assistência Social para atendimento das despesas de custeio, conforme disposto no artigo 12, §3º e artigos 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que preencham as seguintes condições:

- I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita e continuada;
- II - possuam o Título de Utilidade Pública;
- III - estejam cadastradas em Conselho Municipal afim, ou, enquanto este não estiver instituído, na Secretaria Municipal afim.

§1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2021 ou de 2022, por três autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§3º – As entidades beneficiadas com os recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade (art.70, parágrafo único da CF/88).

Art.14 - O Município poderá firmar Termo de Cooperação Técnica e Financeira com as entidades sociais que lhe prestem serviços.

Art.15 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2023, não poderão ser expandidas tomando-se por base a mesma relação apurada no orçamento para 2023, conforme demonstrado no ANEXO I desta Lei (art. 4º, §2º da LRF).

Art.16 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2023 com dotações vinculadas a recursos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 16

o seu ingresso no fluxo de caixa, e ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § único e art.50, inciso I da LRF).

§1º - Os recursos vinculados no orçamento da receita, oriundos de transferências voluntárias, operações de créditos e alienação de bens, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação de que trata o art.43, §3º da Lei 4320/64 para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais (art.8º, § único e art.50, I, da LRF).

§2º - Os recursos oriundos de transferências voluntárias não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais (art.8º, § único e art. 50, I, da LRF).

Art.17 - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual (§4º do art.166 da CF de 1988).

Art.18 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art.19 - A Lei Orçamentária estabelecerá o limite de 40% para autorização ao Executivo de abertura de créditos suplementares nos termos dos artigos 7º, 42 e 43 da Lei Federal Nº 4.320/64.

Art.20 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no artigo 167, §2º, da Constituição da República Federativa do Brasil, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo.

Art.21 - Os recursos provenientes de convênios repassados pelo Município deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas.

Art.22 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual 2022-2025 (art. 5º, §5º da LRF).

Art.23 - A Lei Orçamentária para 2023 conterà condicionantes para o Poder Executivo, criar e ou remanejar, dentro de cada programa, o saldo das dotações dos grupos de natureza de despesa ou elementos de despesa, como também criação de fonte de recursos, a fim de aprimorar a execução orçamentária (art. 167, VI, da CF/88).

Art.24 - Durante a execução orçamentária de 2023, o Executivo Municipal, autorizado por leis ordinárias que complementem o orçamento, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2023 (art. 167, I, da CF/88).

Art.25 - Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2023 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (Art. 4º, I, "e" da LRF).

§1º - O controle de custos será apurado através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (Art.4º, I, "e" da LRF).

§2º - A fim de aperfeiçoar e de garantir o cumprimento dos objetivos estabelecidos nos programas, poderão ser incluídas novas ações na LDO e na LOA 2023, conforme a solicitação do órgão responsável, mas que visem fundamentalmente alcançar os objetivos propostos nos programas.

§3º - Com vistas a aperfeiçoar a execução da programação orçamentária observar-se-á o que consta na EC nº 86/15, EC nº95/16 e na EC nº 100/19.

Art.26 - As ações de um mesmo programa que demandem a utilização de poucos recursos financeiros poderão ser consolidadas, a fim de facilitar a execução orçamentária.

Art.27 - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023, ou até trinta dias do início do exercício financeiro, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso das Unidades Gestoras (art. 8º da LRF).

SEÇÃO II DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art.28 - A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 31 de outubro de 2022, nos termos do artigo 89, inciso X, da Lei Orgânica do Município e conforme o artigo 1º, inciso II, da Lei complementar nº 29 de 11 de abril de 2005, compreenderá o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, englobando a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias e Fundos Municipais instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Parágrafo único – Para efeito do disposto neste artigo, os Poderes Legislativo e Executivo, seus Órgãos, Autarquias e Fundos Municipais, encaminharão, ao Órgão competente, as respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação.

Art.29 - A Lei Orçamentária para 2023 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quando a sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação tudo em conformidade com Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Secretaria de Orçamento de Federal – SOF, e sendo observados os conceitos na Portaria MOG nº42, de 14 de abril de 1999 atualizada pela PORTARIA SOF/ME nº 2.520, de 21 de março de 2022 e da Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021 e suas alterações posteriores.

Parágrafo único - Os orçamentos das Autarquias e Fundos considerados como Unidade Gestora acompanharão o Orçamento Geral do Município, e evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 17

Art.30 - Para fins do disposto nesta Lei e na Lei Orçamentária de 2023, entende-se por:

- I - unidade gestora central**, a Prefeitura;
- II - unidade gestora**, Entidades com Orçamento, Contabilidade própria ou não;
- III - órgão orçamentário** - o maior nível da classificação institucional, cuja finalidade é agrupar unidades orçamentárias;
- IV - unidade orçamentária** - o menor nível da classificação institucional;
- V - subtítulo** - o menor nível da categoria de programação, que delimita a localização geográfica da ação, podendo ser utilizado, adicionalmente, para restringir o seu objeto;
- VI - programa**, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- VII - ação**, as operações das quais resultam os produtos que contribuem para atender ao objetivo de um programa;
- VIII - concedente** - o órgão ou a entidade da administração pública federal direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União destinados à execução de ações orçamentárias;
- IX - convenente** - o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, e a organização da sociedade civil, com os quais a administração pública federal pactue a execução de ações orçamentárias com transferência de recursos financeiros;
- X - unidade descentralizadora** - o órgão da administração pública municipal direta, a autarquia, a fundação pública ou a empresa estatal dependente detentora e descentralizadora da dotação orçamentária e dos recursos financeiros;
- XI - unidade descentralizada** - o órgão da administração pública municipal direta, a autarquia, a fundação pública ou a empresa estatal dependente recebedora da dotação orçamentária e dos recursos financeiros;
- XII - produto** - o bem ou o serviço que resulta da ação orçamentária;
- XIII - unidade de medida** - a unidade utilizada para quantificar e expressar as características do produto;
- XIV - meta física** - a quantidade estimada para o produto no exercício financeiro;
- XV - atividade** - o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- XVI - projeto** - o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo; e
- XVII - operação especial** - as despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo no âmbito da União, das quais não resulta um produto e não é gerada contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º - Cada atividade, projeto, ou operação especial, identificará a função e a subfunção às quais são vinculadas.

§3º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá ser apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

DESPESAS CORRENTES

Custeio

Pessoal e Encargos Sociais
Juros e Encargos da Dívida
Material de Consumo
Serviços de Terceiros
Outras Despesas Correntes

Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos
Inversões Financeiras
Amortização da Dívida

§5º - As atividades que possuem a mesma finalidade, consubstanciada no título da ação orçamentária, deverão ser classificadas sob apenas um código, independentemente da unidade orçamentária.

§6º - O projeto deverá constar de apenas uma única esfera orçamentária, sob apenas um programa.

§7º - A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental.

§8º - A ação orçamentária, entendida como atividade, projeto ou operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vincula e referir-se a apenas um produto.

§9º - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas e das despesas dos Poderes, de seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Municipal.

Art.31 - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária conterá exposições e justificativas, conforme determina o artigo 22 da Lei 4.320/64.

SEÇÃO III

DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

Art.32 - O Orçamento Fiscal fixará as despesas dos Poderes Executivo e Legislativo, dos Fundos Municipais e estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado no Tesouro Municipal, de modo a evidenciar as políticas e os programas de governo, respeitando os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 18

Art.33 - O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõem o artigo 212 da Constituição da República Federativa do Brasil, a Emenda Constitucional 14/96, os arts. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/96 e a Lei Federal nº 9.424/96.

Art.34 - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção dos programas prioritários estabelecidos no ANEXO III desta Lei, a serem incluídos na proposta orçamentária para 2023.

Art.35 - A proposta orçamentária do Poder Legislativo não poderá apresentar valor diferente daquele que lhe couber, pelos limites percentuais estabelecidos na Constituição Federal e na Emenda Constitucional nº 58/09.

Art.36 - A Reserva de Contingência, observado o disposto no inciso III do caput do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, será constituída de recursos do Orçamento Fiscal, que equivalerão, no Projeto de Lei Orçamentária de 2023 e na respectiva Lei, a, no mínimo, um décimo por cento da receita corrente líquida constante do referido Projeto.

§1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MOG nº 42 de 14/04/1999, art. 5º (atualizada pela PORTARIA SOF/ME nº 2.520, de 21 de março de 2022) e Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, art. 8º (art. 5º, III, "b" da LRF).

§2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem e não havendo risco de se materializarem até o dia 15 de novembro de 2023, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para suplementar as dotações existentes, cujo saldos se tornaram insuficientes.

§3º - Para fins de utilização das reservas de contingência referidas neste artigo, considera-se como evento fiscal imprevisto, a que se refere a alínea "b" do inciso III do caput do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a abertura de créditos adicionais para o atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária de 2023.

SEÇÃO IV DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art.37 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações da saúde, previdência e assistência social e contará com os seguintes recursos:

- I - o Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no artigo 7º, inciso III, da Emenda Constitucional nº 29/2000 e observará os art. 3º e 4º da Lei Complementar nº141/12;
- II - do total das Receitas Correntes serão aplicados no mínimo 5% (cinco por cento) dos Recursos Próprios da Administração Direta, na Função Assistência Social, que atenderá inclusive aos fundos especiais criados por Lei;
- III - o Município destinará no mínimo 14,00% (catorze por cento) dos valores incidentes sobre a totalidade da base de contribuição dos servidores estatutários ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Queimados – PREVIQUEIMADOS em observância ao que dispõe §4º do art. 9º da Emenda Complementar nº 103 de 2019, Lei n.º 1.565, de 24 de maio de 2021 que fixa as novas alíquotas previdenciárias dos servidores públicos municipais e do ente município para com o PREVIQUEIMADOS ou o que determinar a avaliação atuarial, constante em ANEXO;
- IV - o plano de amortização por aporte financeiro está de acordo com a Lei 1.482/18 de 28 de dezembro de 2018 e regulamentado pelo Decreto nº 2.507, DE 17 de Abril de 2020;
- V - das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas, de órgãos, fundos e entidades, cujas despesas integrem, exclusivamente, o orçamento referido no caput, que deverão ser classificadas como receitas da seguridade social.

§1º - As despesas relativas ao pagamento dos benefícios assistenciais a que se refere o caput do art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, mantidas as suas fontes de financiamento, serão realizadas à conta do Fundo Municipal de Assistência Social.

§2º - Será divulgado, a partir do primeiro bimestre de 2023, junto com o relatório resumido da execução orçamentária a que se refere §3º do art. 165 da Constituição, demonstrativo das receitas e das despesas da seguridade social, na forma prevista no disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.38 - A Lei Orçamentária de 2023 poderá conter autorização para contratação de Operação de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 30% da Receita Corrente Líquida apurada até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato (artigos 30, 31 e 32 da LRF).

§1º - É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante Créditos Adicionais Suplementares ou Especiais com finalidade precisa.

§2º - As demais disposições sobre o montante da dívida pública consolidada e as operações de crédito interna e externa do Município serão observadas pelas Resoluções nº 40/01 e 43/01 do Senado Federal.

Art.39 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica (art. 32, I da LRF).

Art.40 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no art.38 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 13 (art. 31, §1º da LRF).

Art.41 - Os orçamentos da Administração Direta, Indireta e dos Fundos Municipais deverão destinar recursos ao pagamento dos serviços da dívida municipal e ao cumprimento do que dispõe o artigo 100 e parágrafos da CF/88.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 19

CAPÍTULO VI DAS DESPESAS COM PESSOAL E DOS ENCARGOS SOCIAIS

Art.42 - Os Poderes Executivo e Legislativo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de projeção do limite para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2023, relativas a despesa com pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em agosto de 2022, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, alterações e reformulações de plano de carreira, implantação da Lei nº 1.060/11, e admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000 e do disposto nos artigos 18, 19, 20, 21, e 22 da Lei Complementar nº 101/00.

§1º - Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, entre outras, as relacionadas ao pagamento de assistência saúde suplementar de servidores e seus dependentes, diárias, fardamento, auxílios alimentação ou refeição, moradia, transporte de qualquer natureza, ajuda de custo concernente a despesas de locomoção, de caráter indenizatório no exterior e quaisquer outras indenizações, exceto as de caráter trabalhista previstas em lei.

§2º - O Poderes Executivo disponibilizará até o dia 30 de setembro de cada exercício, com a finalidade de possibilitar a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos civis, na forma prevista no disposto na alínea "a" do inciso IV do § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, base de dados relativa a todos os seus servidores ativos, inativos, pensionistas e dependentes.

Art.43 - No exercício de 2023, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

- I - existirem cargos vagos a preencher ou se houver vacância, após 31 de agosto de 2022, dos cargos ocupados;
- II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- III - forem observados os limites previstos no artigo 40 desta Lei, ressalvado o disposto no art. 22, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/00.

Art.44 - As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis - Lei Complementar nº 101/00, Lei Federal nº 9.717/98 e a legislação municipal em vigor.

Parágrafo único – As eventuais concessões de vantagens, aumentos, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, somente serão autorizadas desde que sejam verificados, previamente, a disponibilidade orçamentária para o atendimento às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos da despesa dela decorrente e o cálculo de impacto orçamentário-financeiro, exceto a revisão anual prevista no art.37, inciso X, da CF/88.

Art.45 - No exercício de 2023, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no artigo 40 desta Lei, exceto o previsto no artigo 57, §6º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, e que sejam acompanhadas de medidas compensatórias.

Parágrafo único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Art.46 – As proposições legislativas relacionadas ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhadas de:

- I - premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;
- II - demonstrativo do impacto da despesa com a medida proposta, por Poder ou órgão referido no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;
- III - comprovação de que a medida, em seu conjunto, não impacta a meta de resultado primário estabelecida nesta Lei, nos termos do disposto no § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, nem os limites de despesas primárias estabelecidos no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- IV - manifestação do órgão de fazenda e planejamento, no caso do Poder Executivo Municipal, e do órgão próprio do Poder Legislativo sobre o mérito e o impacto orçamentário e financeiro;
- V - declaração do proponente e do ordenador de despesas, com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/00; e
- VI - parecer sobre o atendimento aos requisitos deste artigo da Controladoria Geral do Município- CGM.

Parágrafo único - As proposições legislativas previstas neste artigo e as leis delas decorrentes:

- I - não poderão conter dispositivo que crie ou aumente despesa com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor ou à plena eficácia da norma; e
- II - deverão conter cláusula suspensiva de sua eficácia até constar autorização em anexo específico à Lei Orçamentária, correspondente ao exercício em que entrarem em vigor, e a despesa não será autorizada enquanto não for publicada a Lei Orçamentária com a autorização e a dotação suficiente ou a sua alteração.

Art.47 - A proposta orçamentária poderá conter recursos para a qualificação de pessoal, visando ao aprimoramento e treinamento dos servidores municipais.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.48 - O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 20

Art.49 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra a renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2023, constantes no demonstrativo anexo desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, §2º, e art. 14, I da LRF).

Art.50 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de responsabilidade Fiscal (art. 14, §3º da LRF).

Art.51 - O Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo Projeto de Lei Complementar dispondo sobre alterações na legislação tributária, tais como:

- I - revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;
- II - revisão das isenções de impostos, taxas e incentivos fiscais, aperfeiçoando seus critérios;
- III - compatibilização das taxas aos custos efetivos dos serviços prestados pelo Município, de forma a assegurar sua eficiência;
- IV - atualização da Planta Genérica de Valores, ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;
- V - instituição de taxas para serviços que o Município, eventualmente, julgue de interesse da comunidade e de que necessite como fonte de custeio.

Art.52 - Os tributos serão corrigidos monetariamente segundo o IPCA-E do IBGE, ou outro indexador que venha a substituí-lo, acumulado entre os meses de outubro de 2021 a setembro de 2022, publicado pelo IBGE à época da apuração da correção.

Art.53 - O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, a Taxa de Vistoria de Estabelecimento Localizado - TVEL, a Taxa de Vigilância e Fiscalização Sanitária, de 2023, poderão ter um desconto de até 10% (dez por cento) do valor lançado, para pagamento em Cota Única e a Taxa de Licença para Publicidade, de 2023, um desconto de até 20% (vinte por cento) para pagamento em Cota Única, conforme datas estabelecidas no Calendário Fiscal do Município de Queimados - CAFIQ para o exercício 2023.

Parágrafo único - Os valores apurados no caput deste artigo, não serão considerados na previsão da receita de 2023 nas respectivas rubricas orçamentárias.

Art.54 - Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria, ou ainda em razão de interesse público relevante.

Parágrafo único - O Orçamento para o exercício 2023 levará em consideração a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Art.55 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei encaminhado ao Poder Legislativo no prazo estabelecido pela Lei Complementar nº 29/05, de 11 de abril de 2005.

Art.56 - Ocorrendo alterações na legislação tributária, posteriores ao encaminhamento da proposta orçamentária anual à Câmara Municipal, que impliquem aumento de arrecadação em relação à estimativa de receita constante da referida Lei, os recursos adicionais serão objeto de projeto de lei para abertura de crédito adicional no decorrer do exercício financeiro de 2023.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.57 - O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido pela Lei Complementar nº 29/05, de 11 de abril de 2005, que apreciará e a devolverá até o encerramento da sessão Legislativa (Lei Complementar nº 29/05).

§1º - Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o encerramento da sessão legislativa, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na sua forma original em duodécimos até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§2º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos a anulação de saldos de dotações ainda não comprometidas.

Art.58 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art.59 - O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art.60 - Os valores das Metas Fiscais constantes do Anexo I devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 ao Legislativo Municipal.

Art.61 - Em cumprimento ao disposto no artigo 16, §3º, da Lei Complementar nº 101/00, fica considerada como despesa de caráter irrelevante, aquela cujo montante seja de até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) no ano.

Art.62 - Caberá ao órgão de fazenda e planejamento, a responsabilidade pela elaboração da proposta orçamentária de que trata esta Lei e de promover a limitação de empenho consoante ao disposto no art. 9º desta Lei.

Art.63 - Caberá à Controladoria-Geral do Município - CGM:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Diretor, no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 21

- II - na Lei Orçamentária Anual e a execução dos programas de governo;
o acompanhamento orçamentário e financeiro, além, da realização do impacto-orçamentário financeiro das despesas, com vistas ao cumprimento das disposições da Lei Complementar nº 101/00 e da Lei nº 4.320/64.

Art.64 - Todas as receitas realizadas e despesas efetuadas pelos Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, serão devidamente classificadas e contabilizadas no Sistema Contábil (Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Compensado) no mês em que ocorrerem os respectivos ingressos.

Art.65 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único – O Departamento de Contadoria e Finanças registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art.66 - O Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo juntamente com a proposta orçamentária no dia 31 de outubro de 2022 o Quadro de Detalhamento da Receita (QDR) e Despesa (QDD), especificando, a receita e a despesa de acordo com as Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021 e Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, por órgão, unidade, elemento da despesa, função, subfunção, programa, projetos ou atividades e ação do Orçamento Fiscal e da Seguridade dos Poderes Legislativo, Executivo, Autarquias e Fundos Municipais, obedecendo aos programas e ações constantes no ANEXO III desta Lei..

Art.67 - Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão observados os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e sua evolução nos três exercícios, o aumento ou diminuição dos serviços prestados e a tendência das despesas fixas e variáveis para o exercício e outros os fatores conjunturais que possam vir a influenciar na economia (art. 12 da LRF).

§1º - No encaminhamento da proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, §3º da LRF).

§2º - Se a receita estimada para 2023, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la ou solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art.68 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art.69 - As propostas orçamentárias parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias e Fundos Municipais, deverão ser apresentadas segundo os preços vigentes no mês de setembro de 2021 e encaminhadas até o dia 15 de outubro de 2022, para fins de elaboração do orçamento.

Art.70 - A previsão das receitas e a fixação das despesas, da proposta orçamentária para 2023 serão elaboradas a preços correntes e poderão apresentar variações nos valores aqui apresentados.

Art.71 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 146/2022 AUTOR: PODER EXECUTIVO ASSUNTO: “DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DO AUXÍLIO UNIFORME PARA OS GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Art. 1º - Fica instituído o auxílio uniforme para os guardas municipais, a ser pago, anualmente, pela Administração Pública Municipal, a título de indenização.

Parágrafo único - Considera-se uniforme, para os fins desta Lei, o vestuário, confeccionado de acordo com modelo estabelecido no Decreto nº. 2.189/17, de 18 de outubro de 2017.

Art. 2º - Fica fixado o valor do auxílio uniforme correspondente a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo único - O valor percebido a título de auxílio uniforme é de natureza indenizatória, não se constituindo em salário de contribuição para incidência de benefícios e descontos.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**NILTON MOREIRA CAVALCANTE
PRESIDENTE**

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

D.O.Q.

Criado Pela Lei nº. 986 de 07 de abril de 2010



Nº. 200 – Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2022 - Ano 02 - Página 22

Avisos, Editais e Notificações

ERRATA: PUBLICADO NO DOQ Nº 197/22, DE 18/10/2022.
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022

ONDE SE LÊ:

Considerando capacitação *In Company* que ocorrerá na PMQ, com a presença da Comissão de Licitações.
Informamos o adiamento da reabertura da Sessão Pública de Licitação para a nova data e horário, abaixo citada.
DATA / HORA: **28/10/2022 às 09:30 horas.**

LEIA-SE:

Considerando capacitação *In Company* que ocorrerá na PMQ, com a presença da Comissão de Licitações.
Informamos o adiamento da reabertura da Sessão Pública de Licitação para a nova data e horário, abaixo citada.
DATA / HORA: **25/10/2022 às 14:30 horas.**

Filipe Martins Silva
Presidente - CPLMSO

EDITAL DE CITAÇÃO

A comissão de Sindicância, nomeada pela Portaria nº 448/SEMAD/2022, publicada no DOQ 062, de 01 de abril de 2022 no uso de suas atribuições, e nos termos do disposto no art. 142 § 2º da Lei 1.060/11, pelo presente Edital e em razão da sindicada não estar laborando onde se encontra lotada, cita a servidora abaixo relacionado por possível abandono de cargo, afim de apresentar defesa escrita no prazo de 5 (cinco) dias, a partir da data da publicação do Edital, sob as penas da Lei 1.060/11.

TATIANE CABRAL DA SILVA DOS SANTOS, professor II, matrícula 11058/01, lotada na SEMED - sindicância 1639-2022-03.

A Comissão de sindicância encontra-se instalada a sede da Prefeitura Municipal de Queimados, situada na Rua Hortência - nº 254 - sala 206 - Centro – QUEIMADOS – RJ, CEP: 26383-250 Tel.: (21) 2665-2206. Sendo-lhe assegurada vistas dos autos neste local, em dias úteis, no horário das 9h às 16h.

Queimados, 21 de outubro de 2022.

Fagner Nascimento de Souza
Sindicante

Ana Mª Silva de Souza Bernardes
Sindicante'

EDITAL DE CITAÇÃO

A comissão de Sindicância, nomeada pela Portaria nº 448/SEMAD/2022, publicada no DOQ 062, de 01 de abril de 2022 no uso de suas atribuições, e nos termos do disposto no art. 142 § 2º da Lei 1.060/11, pelo presente Edital e em razão da sindicada não estar laborando onde se encontra lotada, cita a servidora abaixo relacionado por possível abandono de cargo, afim de apresentar defesa escrita no prazo de 5 (cinco) dias, a partir da data da publicação do Edital, sob as penas da Lei 1.060/11.

SUELI DA FATIMA DA SILVEIRA REZENDE, professor 1ª A 4ª série, matrícula 7553/11, lotada na SEMED - sindicância 2236-2022-03.

A Comissão de sindicância encontra-se instalada a sede da Prefeitura Municipal de Queimados, situada na Rua Hortência - nº 254 - sala 206 - Centro – QUEIMADOS – RJ, CEP: 26383-250 Tel.: (21) 2665-2206. Sendo-lhe assegurada vistas dos autos neste local, em dias úteis, no horário das 9h às 16h.

Queimados, 21 de outubro de 2022.

Fagner Nascimento de Souza
Sindicante

Ana Mª Silva de Souza Bernardes
Sindicante